

FENEI
Federação
Nacional do
Ensino e
Investigação

Rua Domingos Sequeira, 66-4.ºR
1350-122 Lisboa
Tel.: +351 21 393 10 10/2
Fax: +351 21 393 10 11

<http://www.sindep.pt>
e-mail: sindep@netcabo.pt

Carlos Alberto Chagas
Presidente

Excelentíssimos Senhores:

Primeiro-Ministro
Ministra da Educação
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ministro de Estado e das Finanças
Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social
Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Presidente do Governo Regional dos Açores
Presidente do Governo Regional da Madeira
Às Câmaras Municipais
À União das Misericórdias
À União das IPSS
A Todas as Entidades Interessadas

C/c. Sua Excelência o Senhor Presidente da República

AVISO PRÉVIO DE GREVE – 30 DE NOVEMBRO DE 2007

A Federação Nacional Do Ensino e Investigação (FENEI), por si e em representação do SINDEP - Sindicato Nacional e Democrático dos Professores, do SIPEP - Sindicato Nacional dos Professores e Investigação do Ensino Superior Particular e Cooperativo, da ATE - Associação de Trabalhadores de Educação e do SNEIP - Sindicato Nacional da Educação Infantil e Ensino Pré-Escolar, ao abrigo do artigo 57º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 591º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto, torna pública, a adesão à greve geral dos trabalhadores e seus associados de todos os sectores da Administração Pública (Administração Pública Directa ou Indirecta, entre outros, a Administração Pública Central, Regional, Local, Privadas de Solidariedade Social, Institutos e Empresas Públicas, Organismos Autónomos, etc.), independentemente da natureza do vínculo, cargo ou função, dos trabalhadores abrangidos, no período compreendido entre as 0 horas e as 24 horas do dia 30 de Novembro de 2007, como forma de luta e de protesto, pelos motivos abaixo invocados:

- Os trabalhadores da administração pública, e em particular os do sector da Educação, encontram-se confrontados com uma espiral de acusações, depreciações públicas e de negação das suas atribuições constitucionais, que põem em causa o seu papel na sociedade e a sua relevância para o funcionamento do Estado;
- Estes, têm vindo continuamente a perder poder de compra, sendo que as propostas de aumento salarial são impostas pelo Governo, inegociáveis e ofensivas da dignidade dos trabalhadores e dos pensionistas;

Fundadores:

SINDEP
SIPEP
SNEIP

21-11-07 15:25

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA AO PRESIDENTE
ALL CORRESPONDENCE SHOULD BE ADDRESSED TO THE PRESIDENT
TOUTE CORRESPONDANCE DOIT ÊTRE ADRESSÉE AU PRÉSIDENT
TODA LA CORRESPONDENCIA DEBE DIRIGIRSE AL PRESIDENTE
FAX NO.: + 351 21 3931011

DE : SINDEP

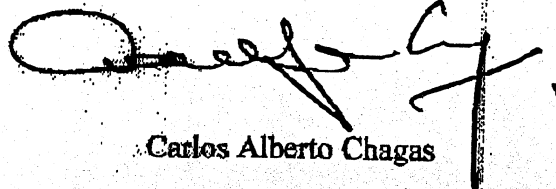
- A incapacidade do Governo para assumir uma verdadeira atitude negocial que respeite a intervenção sindical, como está a acontecer no âmbito do Ministério da Educação;

Na área da Educação e na vida dos professores e das escolas, esta política tem, entre outras, as seguintes implicações:

- Degradação das condições de trabalho e imposição de um excessivo horário de trabalho na escola;
- Imposição de um ECD da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, que desvaloriza totalmente a profissão docente, agravado, agora, com as regulamentações igualmente impostas;
- Desvalorização social e profissional da figura do Professor.

Lisboa, 20 de Novembro de 2007

O Presidente da FENEI



Carlos Alberto Chagas



Sindicato Independente
de Professores e Educadores

Sindicato Independente de Professores e Educadores

Excelentíssimos Senhores:

V/A
23/11/23

Primeiro-Ministro
Ministra da Educação
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social
Ministro de Estado e das Finanças
Ministro da Defesa Nacional
Ministro da Presidência
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
Ministro de Estado e da Administração Interna
Ministro da Justiça
Ministro da Economia e da Inovação
Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
Ministra da Cultura
Ministro da Saúde
Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Secretário Regional da Educação do Governo Regional da Madeira
Secretário Regional da Educação e Ciência do Governo Regional dos Açores
Secretário Regional dos Assuntos Sociais do Governo Regional dos Açores
União das Misericórdias
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
Casa Pia de Lisboa
A todas as entidades interessadas

PRÉ-AVISO DE GREVE

30 de Novembro de 2007

O SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores, ao abrigo do artigo 57º da Constituição da República Portuguesa e nos termos dos artigos 591.º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, torna pública, para todo o seu âmbito e área estatutários (educadores e professores de todos os graus de ensino e técnicos de educação, bem como formadores ou investigadores em educação), a adesão à

Greve Geral da Administração Pública de 30 de Novembro de 2007, declaradas pela Fesap – Frente Sindical da Administração Pública e pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

A Greve, sob a forma de uma paralisação total do trabalho durante todo o período de funcionamento correspondente àquele dia, tem os seguintes objectivos:

- Por uma revisão salarial que garanta a valorização do salário real dos trabalhadores da Administração Pública;
- Contra a degradação das pensões de aposentação;
- Contra a aplicação das regras de mobilidade especial (supranumerários);
- Por uma efectiva negociação, cujas regras mais elementares são sistematicamente ignoradas pelo Governo.

As razões que levaram à convocação desta Greve Geral da Administração Pública e os objectivos que com ela se perseguem, decorrem de uma política global do Governo, que o SIPE reputa de extremamente gravosa, pois imprime um rumo negativo ao país, cujo sentido urge alterar, e que, na área da Educação e na vida dos professores e das escolas tem, entre outras, as seguintes implicações:

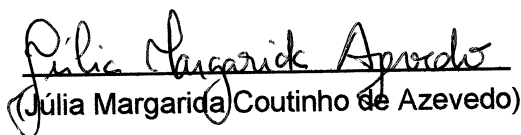
- Degradação das condições de trabalho nas escolas e imposição de um horário de trabalho pedagogicamente absurdo;
- Imposição de um Estatuto da Carreira Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário que desvaloriza totalmente a profissão docente, agravado, agora, com as regulamentações igualmente impostas;
- Agravamento do desemprego docente e da precariedade e instabilidade profissionais de milhares de professores e educadores;
- Abertura de portas à privatização do ensino superior público, com medidas que atentam contra a autonomia das instituições, e fortes cortes de financiamento que põem em causa o seu funcionamento;
- Ausência de apoio especializado a milhares de alunos com necessidades educativas especiais.

Para os efeitos legais, caso as direcções executivas das escolas e agrupamentos de escolas, usando os seus direitos, adiram à greve agora convocada, ficará responsabilizado pela segurança do edifício e de todas as pessoas que nele estejam, o docente do quadro de escola ou de zona pedagógica mais antigo na escola, que não esteja em greve.

Porto, 21 de Novembro de 2007

Pela Direcção Nacional

A Presidente


(Júlia Margarida Coutinho de Azevedo)